



Aragão fala à CPI: argumentos desmontados pelo plenário.

‘NÃO TENHO COMO EXPLICAR ISSO HOJE’

(Do senador Ronaldo Aragão, PMDB-RO)

Senador deve ser cassado

RONALDO ARAGÃO NÃO CONSEGUE EXPLICAR EMENDAS E FORTUNA NO DEPOIMENTO À CPI DO ORÇAMENTO

O senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO) entrou ontem para a lista dos parlamentares que deverão ter seus mandatos cassados, após depoimento na CPI do Orçamento. Aragão não conseguiu explicar a movimentação de mais de US\$ 1 milhão em suas contas bancárias em 1991, ano em que presidiu a comissão de Orçamento, e nem o fato de a Fundação que leva seu nome, em Rondônia, ter recebido US\$ 750 mil em subvenções sociais. Parte do dinheiro foi usado na compra de três ambulâncias numa revendedora da qual Ronaldo Aragão era acionista. Um ano depois, as ambulâncias ainda não foram entregues.

Durante a maior parte do depoimento, o senador insistiu que não mantinha qualquer relação com a Fundação Ronaldo Aragão. “Um grupo de pessoas em Porto Velho deu meu nome à Fundação como homenagem”. O deputado também tentou negar qualquer responsabilidade na

compra das ambulâncias na revendedora Dinasa, da qual detinha parte das ações, junto com o prefeito de Cacoal, Divino Cardoso, mas sua versão foi desmontada pela CPI. Aragão teve de admitir que a Fundação é comandada por sua irmã Rosane Aragão Melo e seu cunhado João do Carmo Mello. Além disso, Cardoso é um dos fundadores da entidade.

“É surpreendente”, afirmou o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). “Estou scandalizado”, declarou o deputado Maurício Najar (PFL-SP), que apostava na cassação do primeiro senador ouvido pela CPI. O deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) também não tem mais dúvidas. “Com esse negócio das ambulâncias, o senador entrou definitivamente na lista dos parlamentares que terão a cassação pedida”.

Após duas horas e meia, Aragão não explicou a movimentação de US\$ 1,17 milhão, no período em que presidiu a comissão de Or-

çamento. “Não tenho como explicar isso hoje”. O senador também não esclareceu seu envolvimento com a empreiteira Norberto Odebrecht, que recebeu US\$ 620 milhões no Orçamento de 92. Aragão é um dos nomes mais citados nos documentos apreendidos na casa do diretor da empreiteira. Além disso, o senador é parente de José Rufino de Souza, alto funcionário da Odebrecht, que mora em sua casa em Brasília.

Duas emendas incluídas no Orçamento de 1992 também comprometem Aragão, e as verbas destinadas ao município de Cacoal têm irregularidades no processo de licitação. Aragão ainda tentou se livrar da responsabilidade pela demissão do ex-diretor de Orçamento, Roberval Batista de Jesus, autor de denúncias contra a comissão, colocando a culpa no deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que presidia a Câmara. A punição, porém, foi sugerida num ofício de Aragão à direção do

Congresso, a pedido do deputado João Alves (sem partido-BA).

A CPI decidiu ontem tomar, por fax, o depoimento do ex-secretário de Planejamento no governo Collor, Pedro Parente, que representa o Brasil no Banco Mundial. Parente já confirmou um acerto antecipado sobre verbas públicas com a cúpula da comissão de Orçamento, em 1992, mas insistiu que a iniciativa partiu dos parlamentares. “Considero a existência deste acordo prévio um fato comprovado”, afirmou o relator Roberto Magalhães.

O deputado Uldurico Pinto (PSB-BA) antecipou o seu depoimento à CPI para ontem, pegou os parlamentares de surpresa e conseguiu sair-se bem. Uldurico não explicou uma diferença de quase US\$ 240 mil entre sua movimentação bancária e seus salários nos últimos cinco anos, mas a CPI não tinha dados suficientes para comprometê-lo com irregularidades no Orçamento.